

## Cooperativas de produção de lacticínios ou concentrações industriais ? <sup>(1)</sup>

pelo

**Prof. LUIZ CINCINNATO DA COSTA**

da Cadeira de Tecnologia Agrícola

A notícia mais antiga de que dou fé, nos meus ficheiros, sobre a organização da indústria dos lacticínios em Portugal, data de 12 de Julho de 1888, pois foi então que por Decreto régio, sendo ministro Emídio Navarro, eminente homem de Estado que tanto impulsionou as coisas agrícolas da nossa terra, se resolveu:

«Criar em terreno apropriado, uma escola frutuária destinada a aperfeiçoar e desenvolver a indústria dos lacticínios e a promover o espírito de associação agrícola para o estabelecimento, na 5.<sup>a</sup> região agronómica, de feitorias ou frutuarias de iniciativa particular e tendentes ao desenvolvimento da referida indústria.»

Isso se fez por proposta do conselho da escola prática de agricultura de Viseu, logo confirmada pelo inspector de agricultura da circunscrição do Norte, constituindo imediata finalidade da instituição criada a obrigação de «promover o espírito de associação dos produtores para o fabrico dos lacticínios em comum».

Prova-se assim que, pelo menos, há 55 anos, já se pensava em organizar tão importante sector da nossa economia agrícola e se incitavam os produtores a unirem-se para tal fim, não esquecendo a Lei

---

<sup>(1)</sup> Comunicação à 14.<sup>a</sup> Secção — Economia Rural — do I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, Lisboa, 1943.

a necessidade da preparação conveniente de operários que pudessem servir como capatazes ou mestres práticos nas leitarias do Estado ou particulares.

Esse foi o objectivo do plano de organização então aprovado.

Anos mais tarde, em 1905, quando reuniu em Lisboa o I Congresso de Leitaria, promovido pela Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, mereceu este palpitante assunto a mais apaixonada atenção da lavoura, sendo aprovadas conclusões que uma vez ainda vieram focar a importância do associativismo na disciplina e economia da exploração agro-pecuária ligada ao fabrico de derivados do leite.

Pela sua projecção e copiosos ensinamentos que em si mesmo encerram, vale a pena reproduzir aqui essas conclusões, que contêm interessante doutrina do mais alto alcance económico.

Da tese do Comandante Abel Fontoura da Costa, sobre «*Escolas de leitaria e medidas de fomento para a indústria da leitaria em Portugal*», foi aprovado:

«O Congresso recomenda mui especialmente aos produtores de leite a associação sob a forma cooperativa como principal meio de luta económica».

Dum outro estudo, intitulado «*Frutuárias ou associações leiteiras em Portugal*», da autoria do agrónomo Gonçalves de Sousa, o Congresso emitiu também o voto de que:

«A fundação de associações leiteiras cooperativas em Portugal, principalmente nas regiões onde a propriedade esteja muito subdividida, é de manifesta utilidade, porque concorre:

- 1.º — Para o desenvolvimento da indústria agrícola dos lacticínios;
- 2.º — Para o aperfeiçoamento do fabrico e melhor utilização dos produtos secundários;
- 3.º — Para o progresso da cultura forraginosa;
- 4.º — Para o melhoramento dos gados;
- 5.º — Para a diminuição das despesas e aumento dos lucros».

Estas afirmações, aceites por unanimidade, numa reunião magna da Lavoura, onde estiveram presentes economistas, técnicos agrários

dos mais qualificados e grandes e pequenos lavradores, ligados aos problemas que, directa ou indirectamente, se relacionam com a produção leiteira, não deixam de impressionar muito agradavelmente todos aqueles que no cooperativismo encontram a melhor defesa para a solução de muitas questões económicas. Elas não só compreendem diferentes aspectos de um magestoso edifício de economia agrícola, como chamam, muito particularmente, a atenção dos estudiosos e dos executores para a sua perfeita inter-dependência, deixando bem vincadas as consequências de uma obra de tão grande vulto e de indiscutível projecção.

Marcam, pois, tais sugestões, como que o primeiro passo dado em frente, entre nós, fora da intervenção oficial e com pleno assentimento das classes interessadas, no sentido de ser valorizada a exploração agro-pecuária nas regiões naturalmente fadadas para a produção do leite.

Anos mais tarde, em 1930, quando foi necessário arrumar a casa, depois das naturais convulsões económicas que resultaram da primeira guerra na Europa, ao desenvolverem-se os planos a pôr em execução, para o fomento da produção do leite e dos lacticínios, planos esses que, nos diferentes sectores da nossa actividade agrícola foram tidos na conta de verdadeiras «*Campanhas*», entendeu a comissão oficialmente nomeada para organizar o respectivo programa que era imprescindível fazer «*propaganda e obter facilidades para o estabelecimento de leitarias ou frutuárias cooperativas*».

É o que consta do folheto n.º 4, da «Junta Central da Campanha do Trigo», editado pelo antigo Ministério da Agricultura.

Continuando a consultar os meus ficheiros, encontro depois o *I Congresso da União Nacional*, reunido de 26 a 28 de Maio de 1934, no qual foi apresentada, pelo Engenheiro Agrícola Alexandre Aranha Furtado de Mendonça, considerado industrial de lacticínios, no distrito do Porto, uma importantíssima tese sobre «*A organização corporativa da produção, indústria e comércio dos lacticínios*».

As conclusões aprovadas, na parte que interessa ao tema, que me propus analisar, foram as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> — Que o Governo faça um estudo minucioso sobre as possibilidades de organização corporativa dos diferentes elementos interessados na produção, indústria e comércio do leite e seus derivados;
- 2.<sup>a</sup> — Que se defina, classifique, regularmente e fiscalize eficazmente a produção, indústria e comércio do leite e dos seus

derivados, de forma a proteger os produtores, cooperativas e empresas, que o mereçam, e que por esta forma depressa se organizarão.

Conforme se vê, foi reconhecida a necessidade de se organizar corporativamente a produção, indústria e comércio do leite, entendendo-se que uma vez protegidos os *produtores, cooperativas e empresas* essa organização seria muito facilitada.

Não parecendo indiferente a ordem porque são mencionadas as actividades interessadas, aliás absolutamente lógica dentro de uma economia bem compreendida, pretendo por minha vez concluir que, se uma protecção decidida facilita a organização, a ela deverão recorrer, não só por imperativo como até por simples definição, todos aqueles que se sentem lesados ou mesmo completamente desprotegidos.

E concluo mais, como resulta desta breve resenha — mas quem sabe, se apesar disso fastidiosa — que em todas as situações e em todos os tempos se tem procurado inculcar no espírito dos produtores de leite, sejam eles cultos ou rebeldes, a ideia de que só por meio da associação, do trabalho em comum dos seus produtos, poderão valorizá-los, aumentando a riqueza própria e a riqueza nacional.

Claro, que não pode ser posta a dúvida do corporativismo não caber dentro da actual orgânica portuguesa!

Ele cabe em todos os sistemas, pois nada pode impedir a união de capitais e esforços para maior força e maiores probabilidades de êxito em qualquer exploração.

De resto, a própria Constituição Política no artigo 35.º claramente estatui que:

«A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade...»

E no que respeita directamente à Lavoura, a Lei criando os Grémios, que estão na base de toda a organização corporativa da agricultura, determina-lhes especial finalidade no sentido de «desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade de todos os elementos da produção — capital, técnica e trabalho — para realização do máximo bem comum da colectividade».

Os Grémios da Lavoura podem ainda, promover a criação de cooperativas de produção e de consumo.

O cooperativismo está, portanto, absolutamente integrado na organização corporativa. São dois instrumentos de progresso que absolutamente se completam.

Neste particular, o prof. Mihaïl Manoïlesco, antigo ministro da Roménia, no seu interessante livro *«Le siècle du corporatisme»* afirma que as cooperativas não se opõem ao corporativismo, mas são, pelo contrário, absolutamente compatíveis, porque se ambos representam a ideia de *solidariedade económica*, constituem também um meio de defesa dos pequenos produtores, dos trabalhadores e dos consumidores, isto é, *dos elementos económicos fracos*.

Como síntese admirável das suas judiciosas considerações, acrescenta o erudito economista que o corporativismo tem de proteger as iniciativas que sejam de interesse nacional e tendam para estabelecer um melhor equilíbrio social.

Nada pode, pois, entravar a criação de cooperativas.

Antes cumpre encorajá-las, dar-lhes possibilidades efectivas de triunfo e disciplinar-lhes a acção, para que o êxito possa ser seguro, num espírito de actuação económica verdadeiramente coordenadora.

Olhemos, porém, para o presente e vejamos quais os resultados obtidos com os ensinamentos e a repetida propaganda do passado.

Nas regiões em que as condições agro-climáticas mais favorecem a exploração pecuária, quanto à produção de leite para fins industriais, não são as cooperativas que predominam, como seria legítimo esperar. Poucas mesmo existem, aparecendo antes grandes empresas que adquirem a matéria prima, com que asseguram a laboração das respectivas fábricas.

Estas, por sua vez, quando pequenas, em virtude de medidas que vigoram (Decreto-lei n.º 29.749, de 13-9-9393 e Portaria n.º 9.733, de 10-2-941), vêm sendo a pouco e pouco absorvidas pelas maiores, de que resulta o aparecimento de grandes *concentrações industriais*.

As relações entre a produção e a indústria, assim estabelecidas, são mantidas através da Junta Nacional dos Produtos Pecuários que é um organismo de coordenação económica de interesse público, com personalidade jurídica e funções oficiais.

O aspecto crucial, que importa destacar nessas relações, tem sido, evidentemente, o da fixação do preço do leite na produção, pois dele é que dependem, em última análise, todas as vantagens a que tão sãbiamente se aludiu no já citado Congresso de 1905.



*Os produtores não devem estar na mão dos compradores; antes há que estabelecer justas condições de aquisição da matéria prima, de forma a que desde a produção até ao consumo todos encontrem a indispensável compensação para o capital investido e para o trabalho realizado.*

Certamente, por isso, é que a Portaria n.º 9.733, de 10-2-941, determina — e muito bem — que a fixação de preços deverá resultar de acordos corporativos, promovidos pela referida Junta, entre os Grémios da Lavoura e os industriais de lacticínios da respectiva zona de influência, e, na falta de acordo, fixados pela mesma Junta.

Verifica-se, no entanto, que não tem sido dado cumprimento a este salutar princípio legal, sendo os preços estabelecidos, *sem qualquer acordo ou prévia consulta*. Assim, as concentrações industriais, com preços limitados na produção e zonas de abastecimento privativas, asseguradas por Lei, têm podido prosperar facilmente, enquanto os produtores se queixam de estar fortemente desprotegidos, sem possibilidade sequer de poderem manter os efectivos normais de gado leiteiro, dados os incontestáveis aumentos de preço de custo dos farelos e outras forragens necessárias à sua alimentação.

Como medida de defesa, quem sabe se resultante da propaganda feita, a que ao de leve aludi, solicitam superiormente que lhes seja permitido constituírem *cooperativas de produção de lacticínios*, o que, aliás, como se viu, não é contrariado pelas leis em vigor. Para tal, pedem a aprovação dos estatutos respectivos.

No entanto, apesar de repetidas instâncias, tudo vai continuando na mesma, sem que se compreenda bem porquê!...

Vão ser permitidas novas fábricas, que custam somas enormíssimas, novas concentrações industriais, demorando-se o aparecimento das desejadas cooperativas!

E, repare-se bem, desta vez, as cooperativas não são impostas; pelo reconhecimento das suas vantagens são os próprios produtores que voluntariamente as requerem. A necessidade obriga.

É caso para se poder dizer que as lições do passado e dificuldades do presente enraizaram a ideia, de produzir em comum, no espírito daqueles que mais custa a associar, o que marca um decidido triunfo na causa cooperativista.

O problema põe-se, portanto: — cooperativas de produção de lacticínios ou concentrações industriais?

Para mim, entendo que umas e outras cabem no plano da actual organização económica portuguesa, mas que, de preferência, se deve fomentar a criação das cooperativas, para poder ser valorizada a matéria prima, de que dependerá um maior desafogo nas condições agro-pecuárias nacionais.

Elas contribuirão, por sua vez, para assegurar a indispensável disciplina de preços nos centros produtores, contrariando especulações e monopólios que, por via de regra, só prejudicam a nossa economia.

São estas, portanto, as minhas conclusões.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1943.

#### NOTAS

- 1.<sup>a</sup> — Durante a discussão, foi posto o problema da incompatibilidade entre as cooperativas e concentrações industriais. Claro, que facilmente se conclui que a co-existência dos dois sistemas, na produção de lacticínios, é tão possível como a existência de quaisquer outras cooperativas ao lado de valores industriais que tenham os mesmos fins, o que vulgarmente sucede entre nós e em toda a parte.
- 2.<sup>a</sup> — No final da discussão, o Congresso emitiu o voto de que é de estimular, por todos os meios, a ideia cooperativista, o que constitue já verdadeira tradição em Portugal, facilitando-se consequentemente a criação de cooperativas, pelo alto significado económico e social que representam.

